



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

Infraero não ficará com nenhuma obra nos próximos aeroportos

As próximas concessões de aeroportos vão evitar um erro das rodadas anteriores: a Infraero não cuidará de nenhuma obra nos terminais repassados à iniciativa privada, segundo o Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha. Padilha citava, indiretamente, as obras inacabadas da Estatal nos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG). Ambos foram leiloados no fim de 2013 e tinham intervenções da Infraero, como ampliações e reformas dos terminais, em fase final antes da transferência da administração às novas concessionárias. O problema é que essas obras nunca foram concluídas e ficaram em um limbo: a Estatal ficou sem dinheiro para honrar seus compromissos e os gestores privados querem reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão para assumir o que falta. A próxima rodada terá quatro aeroportos: Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Florianópolis. “Quem receber a chave de qualquer um deles vai receber responsabilidades próprias ou contratos subrogados [da Infraero]”, afirmou Padilha. Os leilões devem ocorrer, segundo estimativa feita pelo Ministro, no primeiro trimestre de 2016. Os procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) foram lançados em junho e os estudos de quem se habilitar devem ficar prontos até o fim deste ano. Padilha prevê investimentos de R\$ 8,5 bilhões nos quatro aeroportos: R\$ 3 bilhões em Salvador, R\$ 2,5 bilhões em Porto Alegre, R\$ 1,8 bilhão em Fortaleza e R\$ 1,1 bilhão em Florianópolis. (08.07.2015 – Baseado em Valor Econômico)

PAINEL

Aneel abre Audiência Pública sobre aprimoramento dos procedimentos de Rede

A Aneel abriu Audiência Pública sobre o aprimoramento dos procedimentos e requisitos necessários à realização das atividades de planejamento da operação eletroenergética, administração da transmissão, entre outros. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 07 de agosto de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br



Governo estuda alterar regras para cabotagem

Na sequência do anúncio da segunda etapa do programa de concessões em infraestrutura, o Governo discute agora mudanças na navegação de cabotagem, também com o objetivo de reduzir custos logísticos no País. Há, no momento, duas frentes de discussão dentro do Governo para incentivar a cabotagem: uma no Ministério da Agricultura e outra na Secretaria de Portos, em conjunto com o Banco Mundial, coordenada também com os Ministérios dos Transportes, Planejamento, Fazenda e Marinha. O problema é que muitas das propostas têm impacto nas contas públicas, principalmente na forma de redução de impostos. O trabalho da Secretaria de Portos lista 31 barreiras que impedem o desenvolvimento da navegação de cabotagem no Brasil e propõe medidas em quatro “linhas estratégicas”. A de número 4, que lista incentivos ao uso desse tipo de transporte, propõe redução de 70% no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Sugere também que haja “condições fiscais vantajosas às empresas para a carga movimentada mediante serviços de cabotagem”. No conjunto, o trabalho propõe também que seja facilitado o uso de recursos recolhidos por meio do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), um tributo federal. As empresas poderiam, por exemplo, utilizar os recursos para quitar dívidas com o INSS. No Ministério da Agricultura, a proposta que circula é eliminar a cobrança desse tributo sobre a cabotagem.

PAINEL

Aneel abre Audiência Pública sobre concessão de descontos tarifário

A Aneel abriu Audiência Pública sobre os requisitos mínimos para a concessão de descontos tarifários, em consonância com o princípio da isonomia. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 25 de agosto de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

ANEEL abre Audiência Pública sobre transferência das Demais Instalações de Transmissão - DIT para as distribuidoras

A ANEEL abriu Audiência Pública sobre a transferência das DIT para as distribuidoras. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 31 de agosto de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Há propostas também com impacto nos cofres estaduais. O grupo sugere a eliminação da cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o combustível usado na cabotagem, igualando as condições dos transportadores locais às dos que levam a carga a outros países, na chamada navegação de longo curso. Nem todas as mudanças criam custos aos cofres públicos. Na Agricultura e Portos, um dos entraves apontados é a burocracia. A fiscalização das cargas é idêntica, sejam nacionais ou importadas. Discute-se a adoção de regras mais simples para as cargas nacionais (07.07.2015 – Baseado em IstoÉ Dinheiro)

Petrobras vai substituir plataformas atrasadas

Com o atraso nas obras de construção das plataformas no Brasil, a Estatal se prepara para contratar novas unidades de produção para compensar a demora na execução do projeto de nacionalização das plataformas flutuantes (as chamadas FPSOs) do pré-sal. A Empresa retirou do horizonte do novo plano de negócios duas das oito unidades conhecidas como replicantes por seguirem um mesmo padrão previsto anteriormente para operar até 2020 e teve de remanejar a carteira de projetos. Esta semana, a Diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Solange Guedes, disse que a Companhia vai contratar a partir deste ano cinco novas plataformas para operar em 2019 e 2020. Dessas cinco unidades, contudo, duas são destinadas a substituir a ausência da P-72 e P-73 no novo plano de negócios. Com a postergação dessas duas unidades, projetos antes previstos para operar com replicantes ficaram sem plataformas. Caso dos campos de Sépia, previsto para 2019, e Lula Oeste (2020). Em seu novo plano de negócios, a Estatal contabilizou um atraso médio de um ano na entrega das plataformas replicantes. Os replicantes foram assim batizados porque seguem o mesmo padrão de produção. Cada plataforma foi concebida com uma capacidade para processar até 150 mil barris por dia de óleo e comprimir 6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. (02.07.2015 – Baseado em Valor Econômico)

Empreiteiras avaliam rescindir contratos

Diante da paralisação dos investimentos públicos, empreiteiras de médio e pequeno portes cogitam rescindir contratos com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que acumula atrasos de quase R\$ 2 bilhões no pagamento de obras já executadas. Apesar das queixas, o Dnit afirma que “os pagamentos estão sendo feitos de acordo com a cronologia das medições” e que “as obras estão em andamento”. Para as Construtoras, não é bem assim. O Sicepot, sindicato que representa a indústria gaúcha da construção, calcula em R\$ 150 milhões os atrasos da Autarquia somente para as obras tocadas no Rio Grande do Sul. A ordem geral tem sido priorizar as obras mais básicas, como “tapa-buracos” e conservação das estradas, deixando de lado o início ou a continuidade de intervenções mais complexas. De acordo com assessores presidenciais, o cronograma de desembolsos continuará atrasado e a dívida do Órgão com as empreiteiras seguirá trajetória crescente nos próximos meses, devendo atingir algo em torno de R\$ 2,3 bilhões em dezembro. Obras que sobressaíram no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram severamente atingidas como é o caso da BR-163, no Mato Grosso, no trecho duplicado pelo Dnit, da BR-116 (entre Guaíba e Pelotas/RS) e da BR-290/RS. Sem solução à vista, as empreiteiras passaram a avaliar de forma mais concreta a hipótese de pedir rescisão unilateral dos contratos com o Dnit. Elas se baseiam em um artigo da Lei de Licitações (8.666/93) que permite essa possibilidade quando o órgão público responsável pelas contratações ficar mais de 90 dias inadimplente com os repasses. (07.07.2015 - Baseado em Valor Econômico)

Aumento do preço do asfalto leva TCU a autorizar reequilíbrio

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), por causa de reajustes inesperados nos preços do asfalto. Dois reajustes sucessivos da Petrobras um no fim de novembro e outro na véspera do Natal elevaram em 34%, na média, o valor dos dois principais insumos usados nas obras de pavimentação de rodovias: o cimento asfáltico de petróleo (CAP) e o asfalto diluído de petróleo (ADP). (07.07.2015 – Baseado em Valor Econômico)

Setor de saneamento reduz aportes e afeta fornecedor

Nem a maior crise hídrica das últimas décadas, que atingiu o Sudeste e, conseqüentemente, duas das maiores empresas de saneamento do país Sabesp e Copasa, está conseguindo manter as atividades do setor. Apesar de exigir mais investimento para enfrentar as dificuldades de abastecimento, a crise reduz os recursos que entram no caixa das companhias e a percepção de quem tem as estatais como clientes é de paralisação. A Sabesp já havia anunciado que reduziria o nível de investimentos em 2015 e que daria prioridade para obras em água, em detrimento de esgoto, nos próximos anos. A redução do consumo de água gerada pela crise hídrica reduziu significativamente os recursos das companhias e agravou indicadores financeiros importantes, como de endividamento da estatal paulista e da mineira Copasa. (07.07.2015 - Baseado em Valor Econômico).

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2019

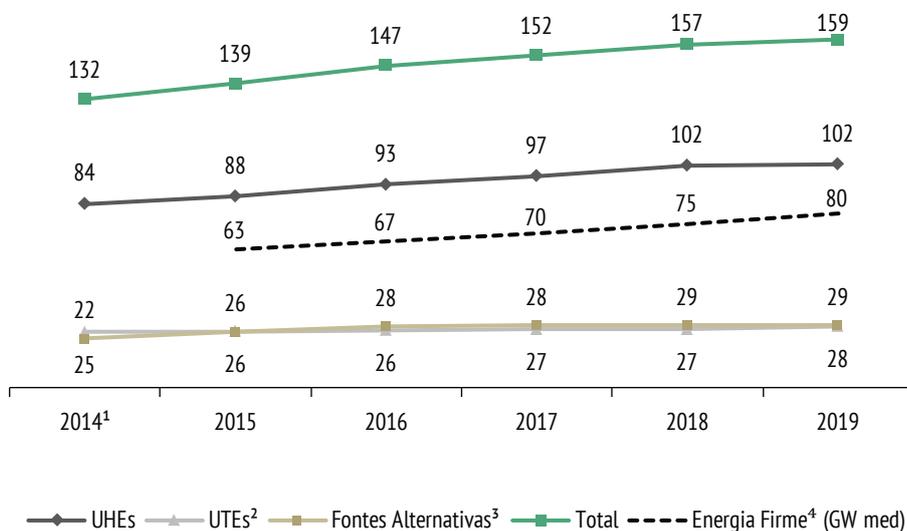
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.723	5.338	3.986	4.775	611	17.432
Otimista	2.723	5.338	3.986	4.782	611	17.440
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	182	387	350	0	1.455	2.374
Otimista	182	387	729	222	1.455	2.974
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.067	2.613	333	114	0	5.126
Otimista	2.112	4.749	3.051	2.924	238	13.074
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	4.972	8.338	4.669	4.888	2.066	24.932
Otimista	5.017	10.474	7.765	7.928	2.304	33.488

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,5% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 33,5 mil MW no período 2015-2019. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,8% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

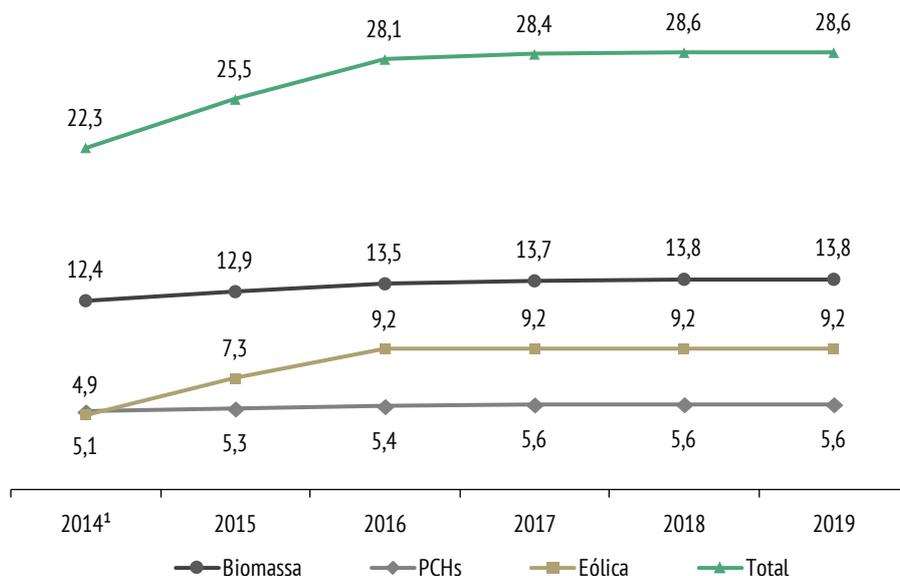


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2015).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.*

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2015, é superior à estimativa de variação do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,4% e queda de 1,6%.

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.

Entre 2014 e 2019, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 11% no mesmo período. Em dezembro de 2014, a participação das UHEs foi de 64% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2019. A participação na capacidade total instalada das UTES deve passar de 19% para 18% até 2019.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve continuar em 4% até 2019. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2019, passará de 4% para 6%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 17,4 mil MW de UHEs até 2019, e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, cerca de 100% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista, de 3 mil MW até 2019. Cerca de 80% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 428 MW de potência adicional até 2019. Já no cenário otimista, até 2019, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2019. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,1 mil MW, apenas 37% da potência (3,4 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2019.

São duas as maiores fontes de preocupação pairando sobre a construção da usina Belo Monte, no Rio Xingu: atraso na conclusão da rede de transmissão e os eventuais impactos de mudanças climáticas globais sobre a Região. Com efeito, mudanças no regime das chuvas têm influência direta nas vazões que, por sua vez, afetam a produção hidrelétrica. Em 2005, por exemplo, houve uma grande seca na bacia do Madeira. A seca estava relacionada com as mudanças climáticas do Atlântico Norte e essas, por sua vez, associadas ao aquecimento global. Quanto à transmissão, a usina provavelmente terá de buscar rotas alternativas em menor tensão para escoar a energia no início de 2016 por causa de atrasos na implantação das linhas. As primeiras turbinas de Belo Monte poderiam ser acionadas em março de 2016 enquanto contabilizam-se desde já pelo menos oito meses de atraso na transmissão. O atraso poderá onerar pesadamente ao consumidor, vez que havendo máquinas à disposição sem meios de escoamento da geração significa remuneração da geradora pelas distribuidoras, que terão de buscar energia no mercado à vista e logo repassar os custos adicionais às contas de energia elétrica.

Como evolui o empreendimento? A concessão para construção da hidrelétrica foi objeto de leilão realizado em abril de 2010. A outorga coube à Norte Energia S.A pelo prazo de 35 anos. À Concessionária, composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento, e empresas auto-produtoras, cumpre firmar contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado com empresas de distribuição, no montante de R\$ 62 bilhões, relativos ao fornecimento de 795 mil MWh. Para explorar o potencial hidrelétrico local, a Norte Energia recolherá anualmente à União, como pagamento pelo uso de bem público, cerca de R\$ 17 milhões, além de aproximadamente R\$ 200 milhões destinados à União, ao Estado do Pará e aos municípios afetados, referentes à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Belo Monte será a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior do Mundo em capacidade. Sua construção propicia cerca de 20 mil empregos no auge das obras. A usina terá duas casas de força, a principal e a complementar. A principal, com 18 unidades geradoras, em construção no sítio Belo Monte, terá a potência instalada de 11.000 MW. A complementar, no sítio Pimental, terá capacidade de 233 MW e contará com seis unidades geradoras.

Prevê-se a geração anual de 39 TWh ou 4.570 MW médios. O reservatório ocupa 478 km², dos quais 274 km² correspondem ao leito original do rio no período

da cheia. O início de operação da última das 24 turbinas está programado para janeiro de 2019. Setenta por cento da energia de Belo Monte irá para o mercado cativo e distribuidoras, dez por cento para empresas auto-produtoras e vinte por cento para o mercado livre. O projeto da usina não esteve livre de percalços. Para compatibilizar interesses energéticos com sustentabilidade ambiental, a área alagada foi diminuída e o empreendimento teve o reservatório reduzido em relação ao projeto inicial. A área inundada diminuiu 60%. Enquanto a média nacional de áreas alagadas pelas usinas hidrelétricas é de 0,49 km² por MW instalado, Belo Monte afetará apenas 0,04 km² por MW instalado. A licença prévia do empreendimento foi concedida pelo Ibama em fevereiro de 2010, tendo como um dos requisitos a realização de audiências públicas, que contaram com a participação de 5.000 pessoas. Os benefícios do projeto transcendem a implantação da geração. A exemplo de outros aproveitamentos hidrelétricos, há benefícios associados à preservação ambiental de áreas na bacia hidrográfica e melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano nos municípios abrangidos.

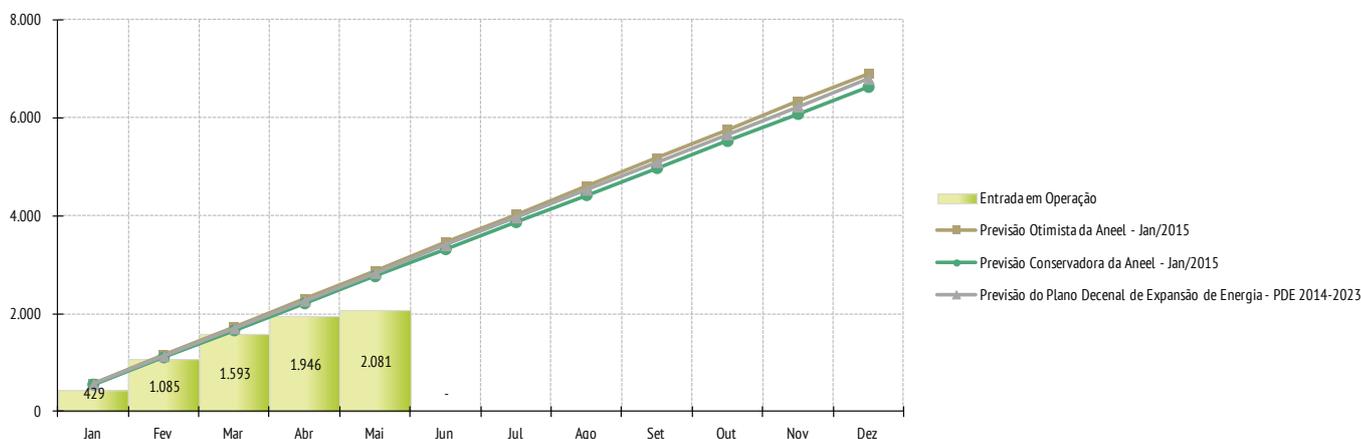
A composição acionária do empreendimento compreende o Grupo Eletrobras, com CHESF (15%) e Eletronorte (15%); entidades de previdência complementar, com Petros (10%) e Funcef (10%); a sociedade de propósito específico Belo Monte Participações S.A., com Neoenergia S.A. (10%) e Amazônia - Cemig e Light (9,77%); auto-produtoras, com Vale (9%) e Sinobras (1%); e J.Malucelli Energia (0,25%).

Uma linha de tempo prévia à concessão pode ser assim traçada: início dos estudos para o aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu: 1975. Conclusão dos estudos de inventário e início dos estudos de viabilidade técnica da usina Kararaô (primeiro nome dado à Belo Monte): 1980. Conclusão dos primeiros estudos de viabilidade de Belo Monte: 1989. Revisão dos estudos de viabilidade com diminuição da área inundada e preservação das áreas indígenas: 1994. Em 2008 o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no Rio Xingu será o de Belo Monte. A Aneel aprova a atualização do inventário com apenas Belo Monte na bacia do Xingu. O leilão para concessão, como se viu, foi feito em 2010. Em 2014, a Concessionária ampliou os esforços na construção da usina, fase em que investiu quantias significativas em ações de organização, desenvolvimento e pré-operação. Desde 2010, a Empresa investiu R\$ 21,5 bilhões. Em 2014 investiu R\$ 8,2 bilhões, vale dizer, 32,2% acima do realizado em 2013. O estágio das obras civis alcançou 70%.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

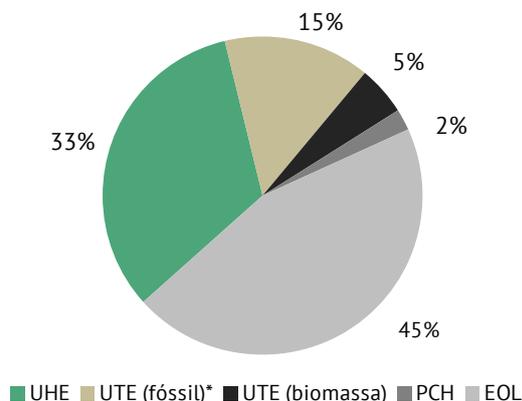
Expansão da Capacidade de Geração em 2015 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2015, até 15 de maio, entraram em operação 2.081 MW. Desse total, as UHEs representaram 33% da potência total que entrou em operação totalizando 684 MW. As EOL representaram 45% totalizando 940 MW. As UTEs fósseis representaram 15% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs a biomassa constituem 5% do total. As PCHs até o período representaram apenas 2% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2015, 38.196 GWh, apresentando um valor 2% abaixo do observado em maio de 2014.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.320GWh, valor 4% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de energia elétrica também foi 4% inferior. O consumo industrial de energia elétrica representou 37% do total de energia elétrica consumida em maio de 2015.

O setor automobilístico sofreu a maior retração no consumo de energia no mês de maio de 2015, 14%. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o desempenho da produção de veículos em maio encolheu 25,3%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio	Maio	Var. %	Jan-Mai	Jan-Mai	Var. %
	2014	2015		2014	2015	
Residencial	10.877	10.610	-2	56.623	56.926	1
Industrial	14.943	14.320	-4	74.926	71.745	-4
Comercial	7.263	7.296	0	38.296	39.268	3
Outras	5.977	5.970	0	30.761	30.829	0
Total	39.060	38.196	-2	200.606	198.768	-1

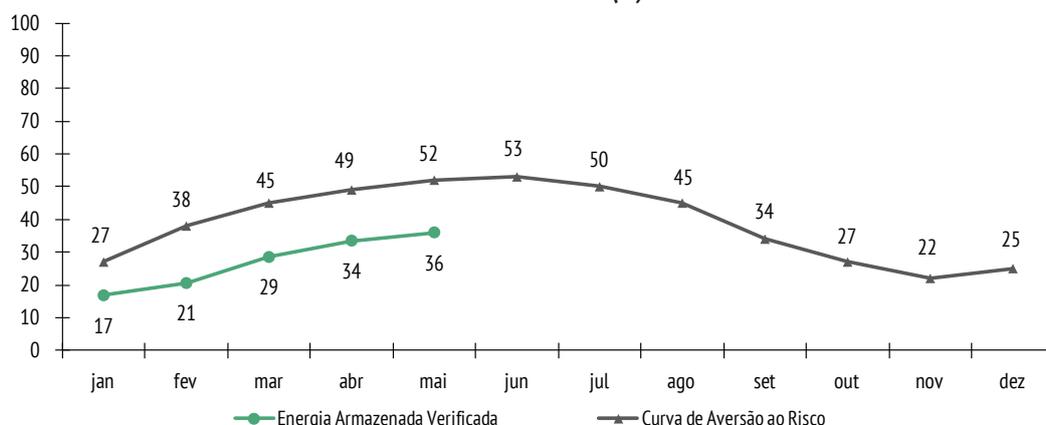
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

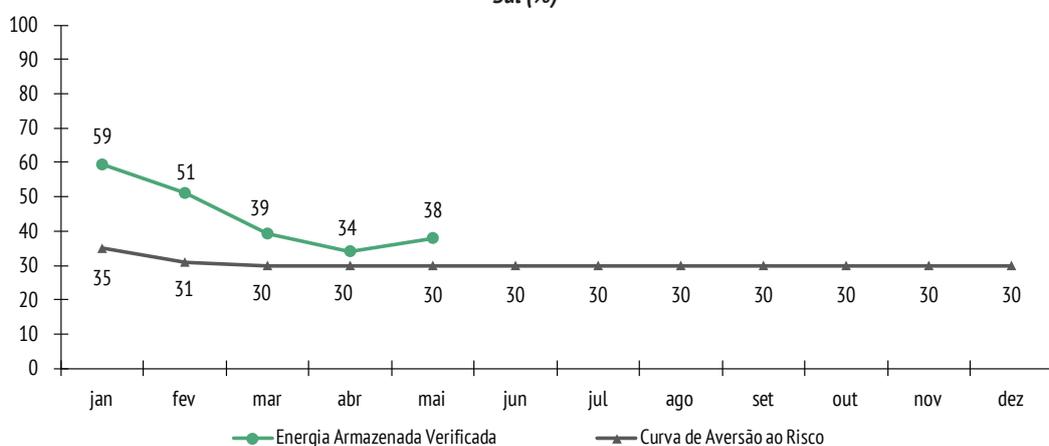
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em maio de 2015, a energia armazenada permaneceu significativamente baixa nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 36%. Na Região Sul a energia armazenada aumentou para 38%, na Região Nordeste se manteve em 27%, e se encontra abaixo da CAR (48%), já na Região Norte houve um aumento de 81% para 83%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste e Nordeste mostram que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

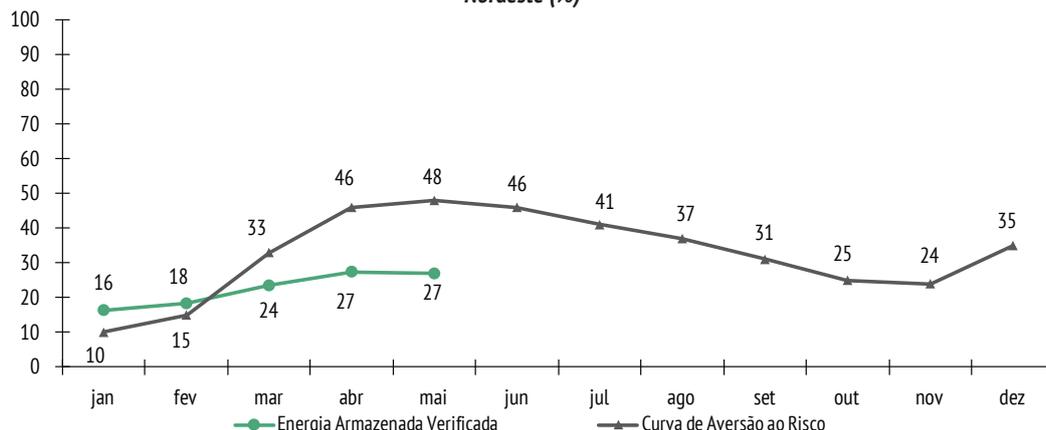
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



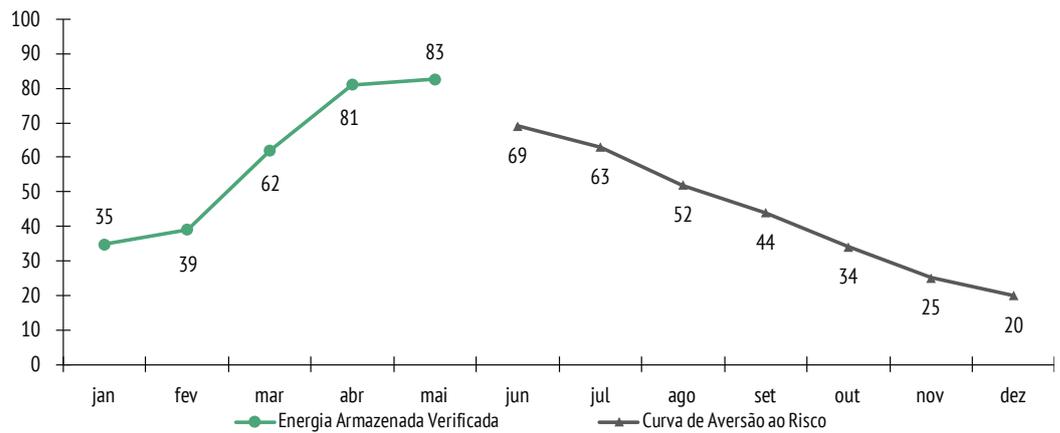
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sul (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Nordeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Norte* (%)**



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das aflúncias do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2015, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,26 e R\$ 388,48/MWh.

Na quarta semana de junho de 2015, o PLD atingiu o valor de R\$ 374,92/MWh em todas as regiões para a carga pesada, abaixo do valor máximo para 2015. A carga leve apresentou o valor de R\$ 353,44 para todas das regiões.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Junho 2015 (Período: 20/06/2015 a 26/06/2015)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	374,92	374,92	374,92	374,92
Média	369,53	369,53	369,53	369,53
Leve	353,44	353,44	353,44	353,44

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de junho de 2015 apresentou um PLD médio de R\$ 369,39/MWh em todas as regiões. Nas regiões Sudeste/Centro-oeste, Sul e Norte o valor foi 11% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior. No caso da Região Norte, o preço está 79% maior do que o ocorrido em junho de 2014.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Junho	Junho	Variação (%)
	2014	2015	
Sudeste/Centro-Oeste	417,16	369,39	-11,45
Sul	206,12	369,39	79,21
Nordeste	417,11	369,39	-11,44
Norte	417,11	369,39	-11,44

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

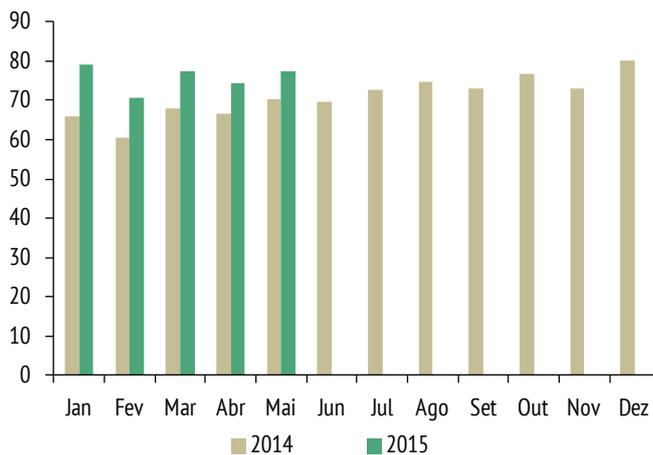
A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2015, foi de 77 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 10% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 14% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em maio de 2015 foi de aproximadamente 25,0°, sendo que 8,4% da produção foi considerada óleo leve (maior

ou igual a 31°API), 58,4% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 33,2% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).0

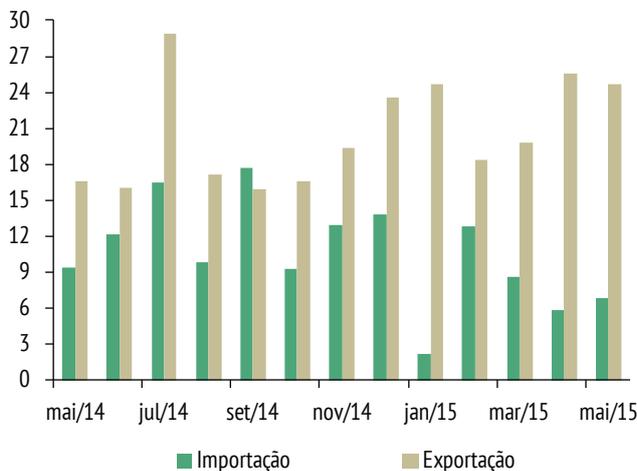
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2015, foi de 65 milhões bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em maio de 2014. No acumulado do ano, o volume de processamento também foi 5% inferior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)

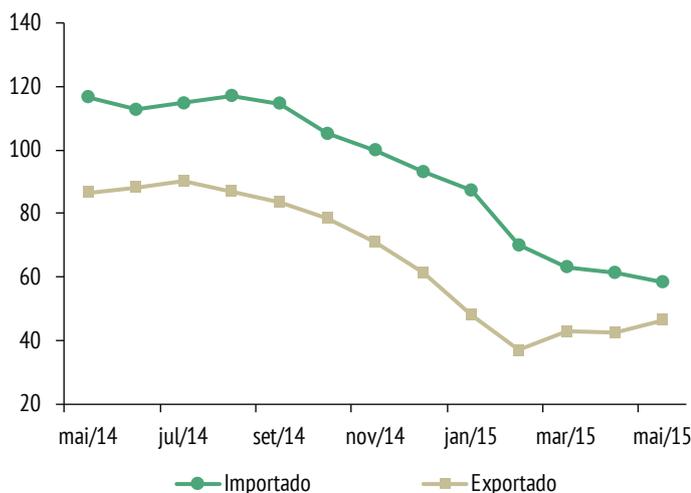


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em maio de 2015, cerca de 93,3% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2015, foi de 25 milhões de bep, volume 49% superior ao exportado em maio de 2014. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 82% superior ao observado no mesmo período de 2014.

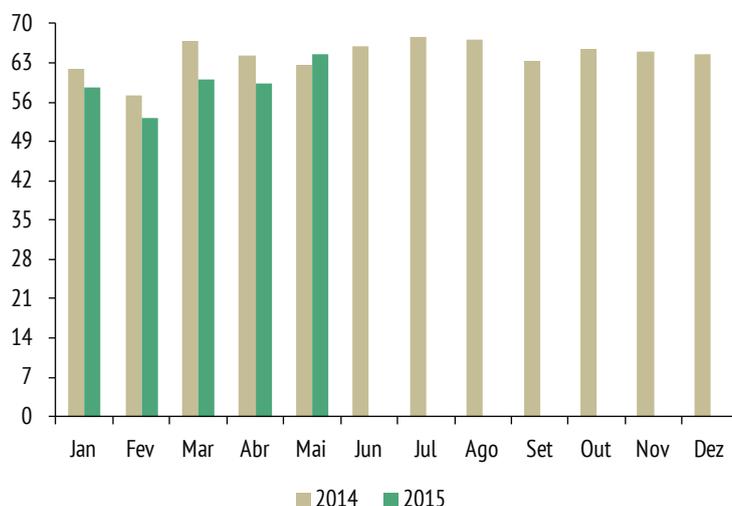
O preço médio do petróleo importado pelo país, em maio de 2015, foi de US\$ 58,44/barril, valor 50% inferior ao observado em maio de 2014.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2015, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 3% superior ao produzido em maio de 2014. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 5% inferior ao mesmo período do ano passado.

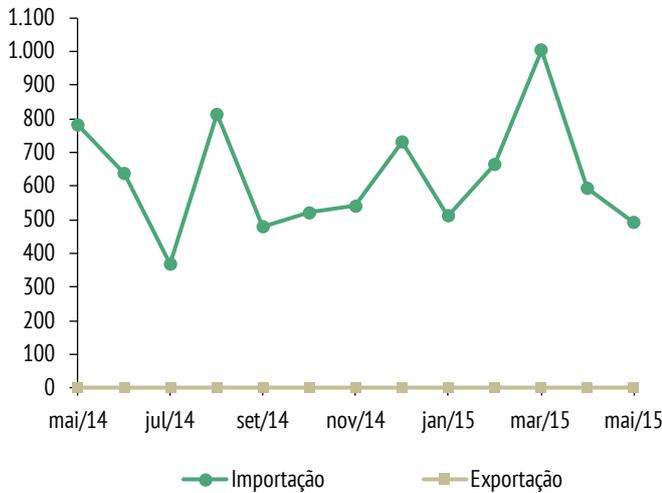
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2015, foi de 13 milhões bep, valor 20% inferior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 0,4% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



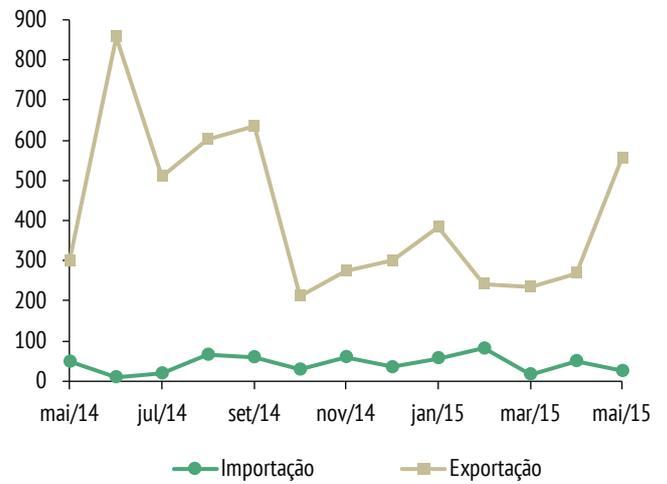
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

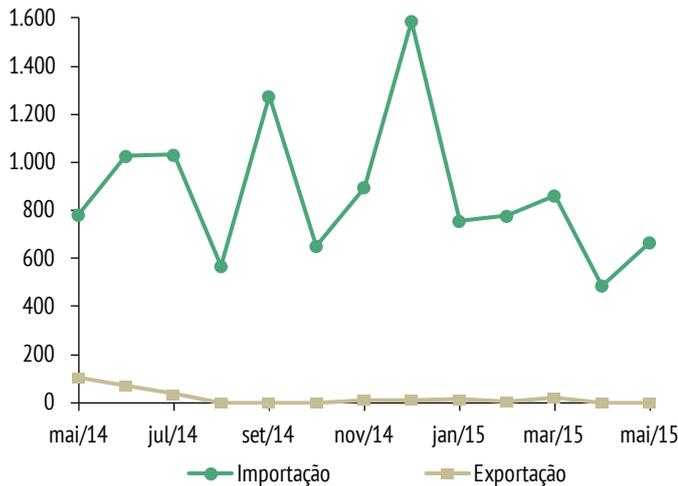
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

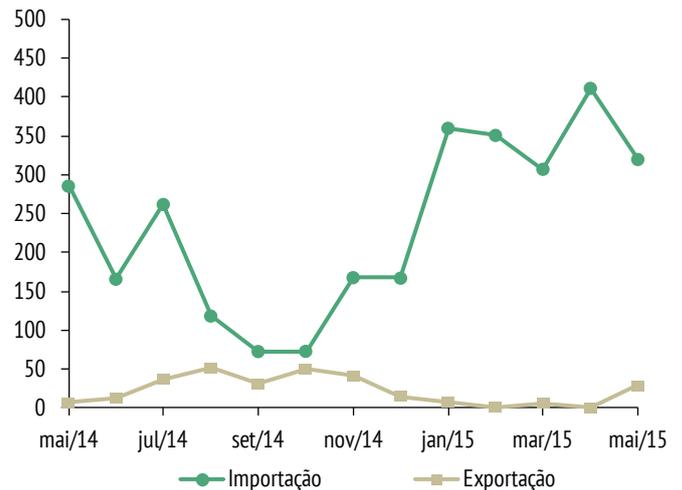
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2015, foi constatado um total de 8 milhões bep, o que representa um volume 23% superior ao observado no mesmo mês de 2014. No acumulado do ano, a exportação foi 6% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em maio de 2015, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 20% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 13 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 64 milhões de bep. Em maio de 2014, a dependência externa foi positiva em 3%. No acumulado do ano de 2015, foi observada uma dependência negativa de 11%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2014	Jan-Mai/2014	Maio/2015	Jan-Mai/2015
Produção de Petróleo (a)	70	331	77	379
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-11	-18	-77
Imp. Líq. de Derivados (c)	10	36	5	38
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	73	356	64	340
Dependência Externa (e)=(d-a)	2	25	-13	-39
Dependência Externa (%)=(e)/(d)	3%	7%	-20%	-11%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2015, apresentou saldo positivo de US\$ 395 milhões FOB. O Brasil exportou US\$ 395 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 624 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 508 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

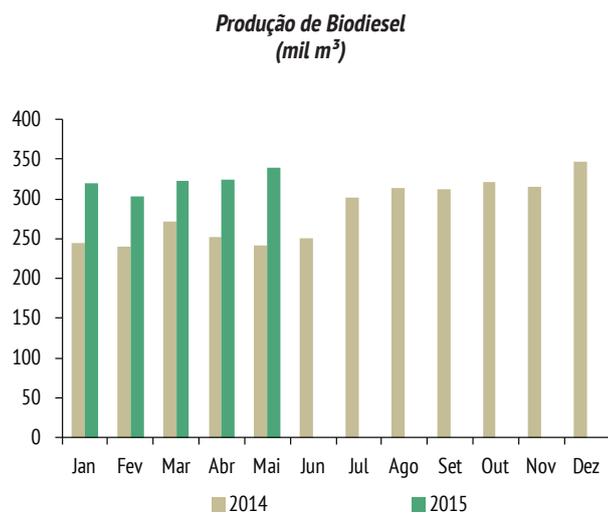
	Maio/2014	Jan-Mai/2014	Maio/2015	Jan-Mai/2015
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.436	5.397	1.150	4.953
Dispêndio com importação (b)	1.096	5.882	400	2.387
Balança Comercial (c)=(a-b)	339	-485	750	2.567
Derivados				
Receita com exportação (d)	734	3.795	483	2.069
Dispêndio com importação (e)	1.697	7.938	838	5.144
Balança Comercial (f)=(d-e)	-963	-4.144	-355	-3.075
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.169	9.191	1.633	7.022
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.793	13.820	1.237	7.531
Balança Total (i)=(g)-(h)	-624	-4.629	395	-508

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

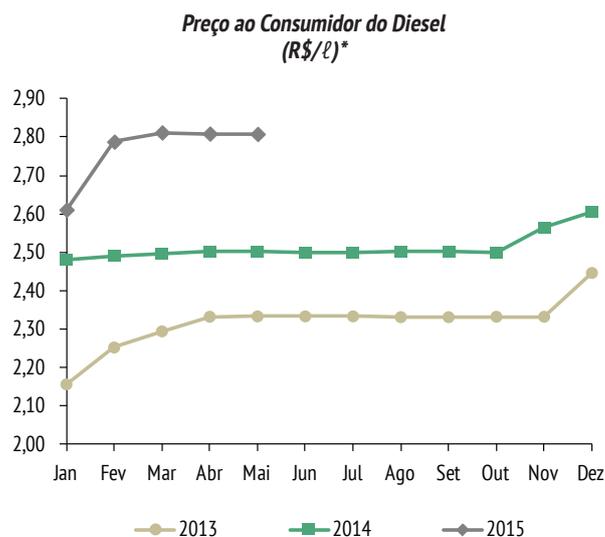
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2015, foi de 339 mil m³, montante 40% superior ao produzido em maio de 2014. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 28% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2015, foi de R\$ 2,81/ℓ, valor 12% superior ao observado em maio de 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de maio de 2015, 28.926 mil m³ de álcool, sendo 17.182 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (61%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 6% na produção de álcool hidratado.

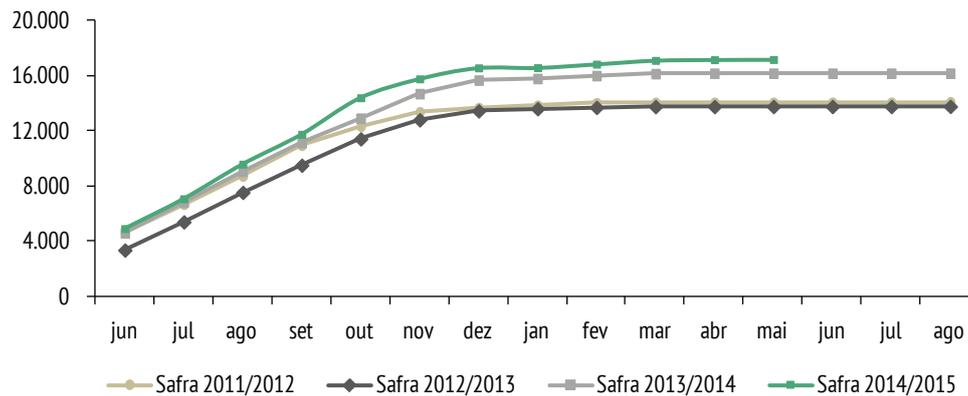
A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de maio de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de maio de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.826	11.744	-1
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.187	17.182	6
Total Álcool (mil m³)	28.012	28.926	3
Açúcar (mil ton)	37.696	35.621	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

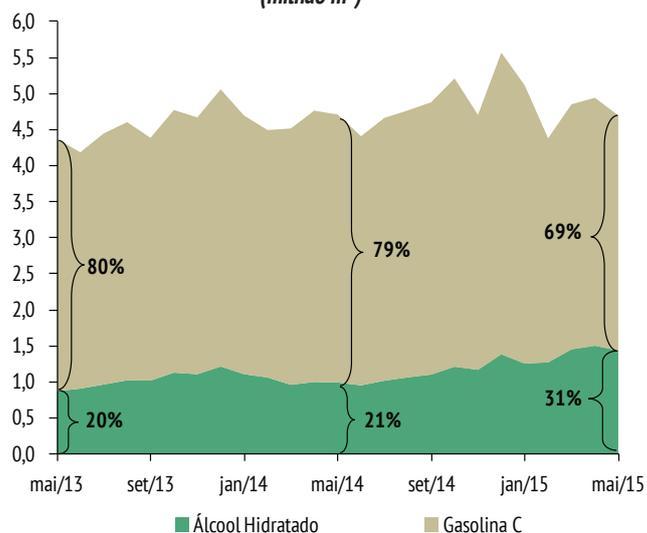
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,4 milhão m³ em maio de 2015. Esse número representa um aumento de 45% em relação ao volume vendido em maio do ano anterior. No acumulado do ano, as vendas apresentaram um aumento de 35%.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 31% do universo de vendas do álcool e da gasolina em maio de 2015. Essa participação foi 10 pontos percentuais superior ao observado em maio de 2014.

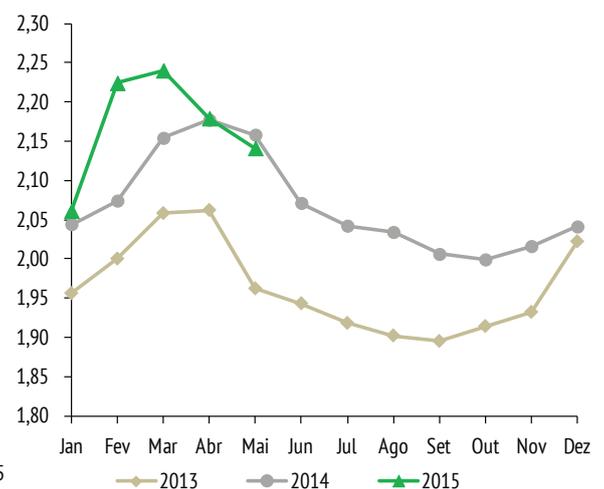
Em maio de 2015, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,14/ℓ, valor 1% inferior ao registrado no mesmo período de 2014.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



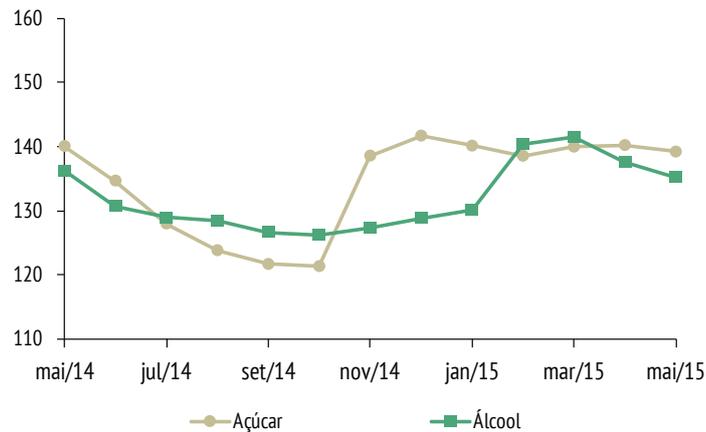
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2015, foi de 93 milhões m³, representando um aumento de 10% comparado à média verificada em maio de 2014. No acumulado do ano, a média foi 15% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2015, foi de 55 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 110 milhões m³/dia. Este montante é 6% inferior ao observado em maio de 2014. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 20% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 41% em maio de 2015. Em maio de 2014, essa proporção havia sido de 38%.

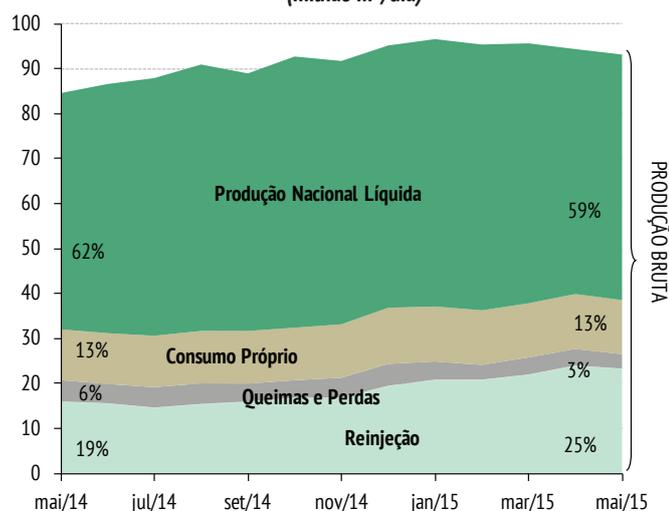
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Maio/2014	Média do período Jan-Mai/2014	Média em Maio/2015	Média do período Jan-Mai/2015
Produção Nacional¹	84.537	82.881	93.132	95.003
- Reinjeção	15.881	14.895	23.172	22.077
- Queimas e Perdas	4.735	4.558	3.206	3.594
- Consumo Próprio	11.313	11.046	12.057	12.158
= Produção Nac. Líquida	52.608	52.382	54.698	57.174
+ Importação	63.622	45.977	54.950	60.893
= Oferta	116.229	98.360	109.648	118.067

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

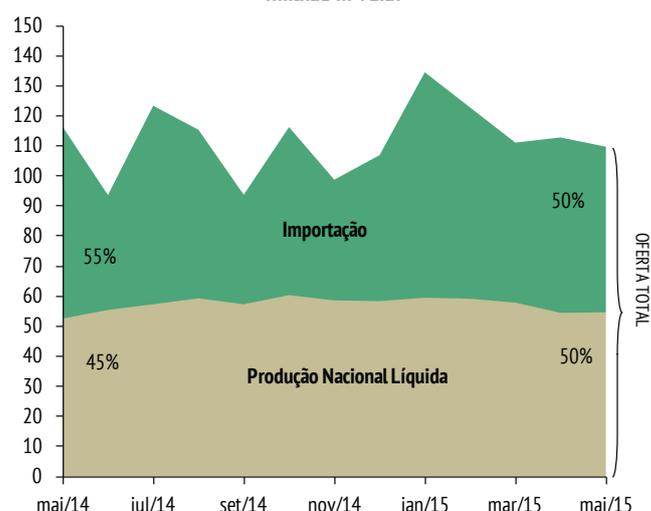
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



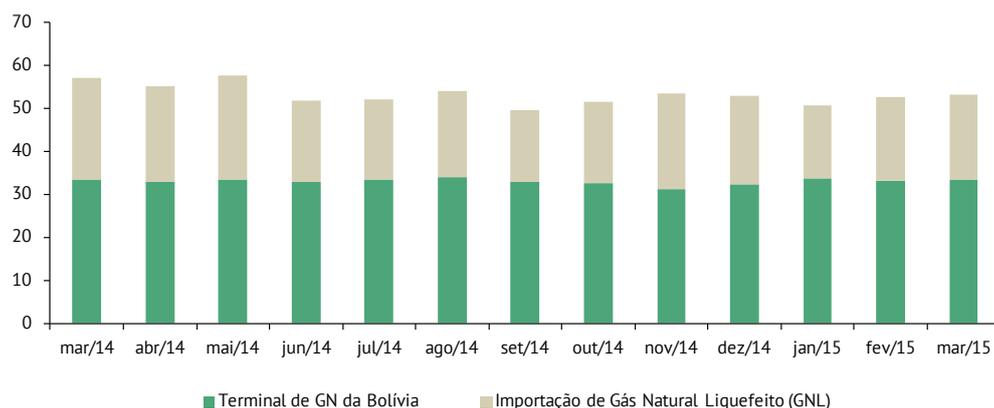
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em março de 2015, foi de 33 milhões de m³/dia, volume equivalente ao observado no mesmo mês de 2014.

Em março de 2015, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 19,7 milhões m³/dia, volume 17% inferior ao montante observado em março do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2015 foi, em média, cerca de 81 milhões de m³/dia. Essa média é 5% superior ao volume médio diário consumido em abril de 2014. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou um aumento de 12% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em abril de 2015, consumiu 28,9 milhões de m³/dia de gás natural, volume equivalente ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou aumento de 1% ao observado de janeiro a abril de 2014.

O setor industrial foi responsável por 36% do consumo de gás natural em abril de 2015. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 45% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Abril/2015	Jan-Abr/2015	Abr-2015/ Abr-2014	Acumulado no Ano
Industrial	28.920	28.573	0	1
Automotivo	4.804	4.803	-3	-3
Residencial	1.017	786	2	1
Comercial	798	743	4	2
Geração Elétrica	36.137	35.966	-2	12
Co-geração*	2.524	2.398	-1	-4
Outros	6.654	6.887	211	195
Total	80.854	80.155	5	12

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

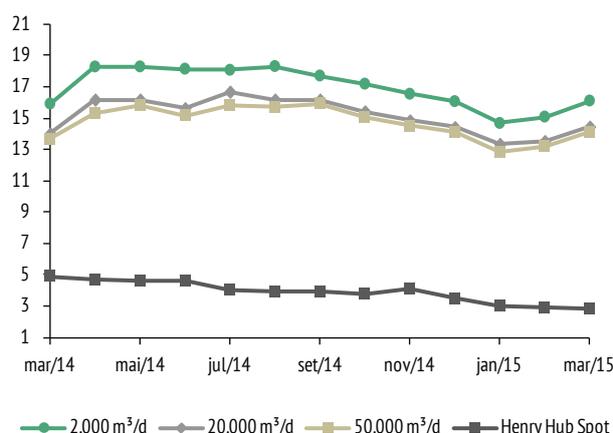
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.4. Preço do Gás Natural (MME).

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2015, foi de US\$ 14,89/MMBTU, valor 2% superior ao observado em março de 2014 (US\$ 14,53/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2015, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,83/MMBTU, valor 42% inferior ao apresentado em março de 2014 (US\$ 4,90/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

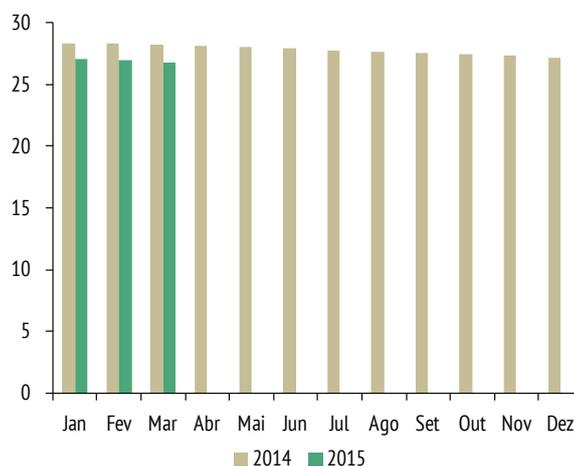
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, dispõem

de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acesso instalados não é atualizado desde junho de 2014 e não teve alteração significativa ao longo do período analisado, permanecendo em 44 milhões de acessos. O total de acesso fixos em serviço alcançou 27 milhões em março de 2015, valor 5% inferior ao registrado em março de 2014.

Acessos Fixos em Operação (milhões)



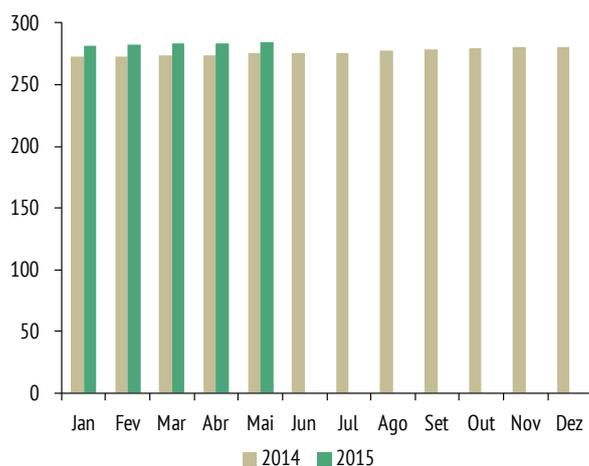
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em maio de 2015 foi de 284 milhões, montante 3% superior ao observado no mesmo período de 2014.

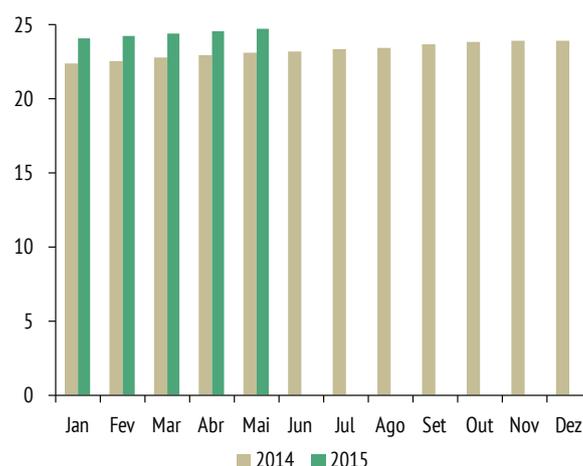
Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 7% se compararmos com os valores de maio de 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 25 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 23 milhões.

Evolução do Total de Acessos Móveis (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Evolução do Total de Acessos Fixos (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2015, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 2% em relação a maio de 2014. A movimentação de granel líquido foi 1% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral apresentou redução de 2%.

Os TUPs representaram 65% da movimentação total de carga nos portos e terminais em maio de 2015. A movimentação total nos TUPs foi de 55.062 mil toneladas, volume 1% superior ao observado em maio de 2014. Os portos públicos movimentaram 29.928 mil toneladas, volume 1% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

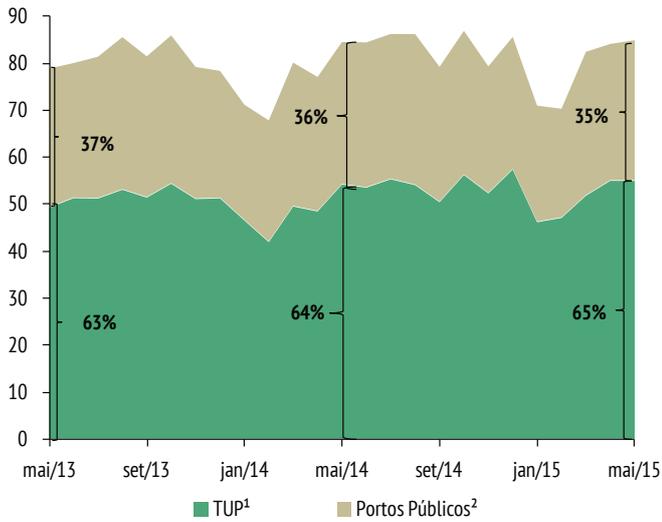
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em maio de 2015 foi de 742 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mai/2015	Mai/2014	Mai-2015 / Mai-2014
Granel Sólido (a)	53.694	52.739	2
Portos Públicos	18.302	18.331	0
TUPs	35.392	34.408	3
Granel Líquido (b)	19.259	19.551	-1
Portos Públicos	4.158	4.582	-9
TUPs	15.102	14.969	1
Carga Geral Solta (c)	12.036	12.321	-2
Portos Públicos	7.468	7.413	1
TUPs	4.568	4.908	-7
Total (a+b+c)	84.990	84.611	0
Portos Públicos	29.928	30.327	-1
TUPs	55.062	54.285	1

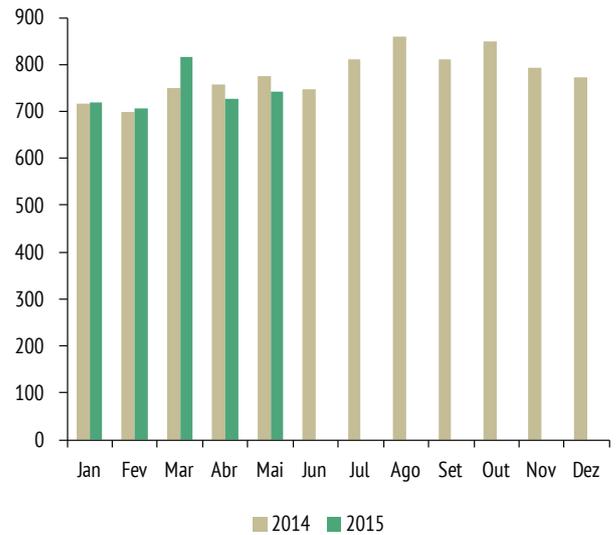
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (96 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



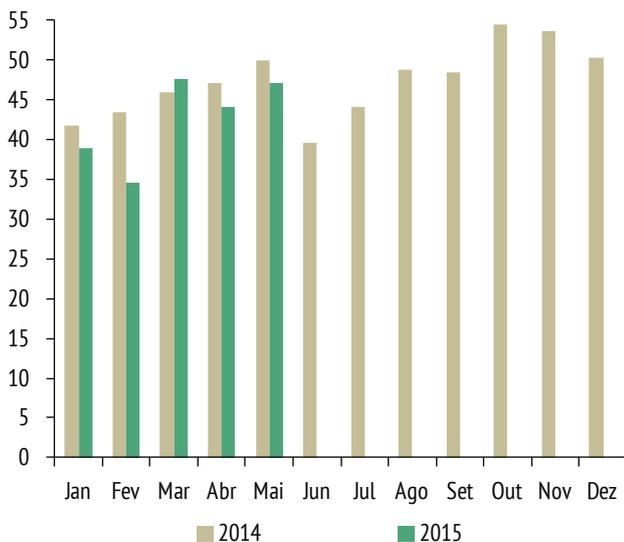
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em maio de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 8,3 milhões de passageiros, valor 1% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de maio de 2015.

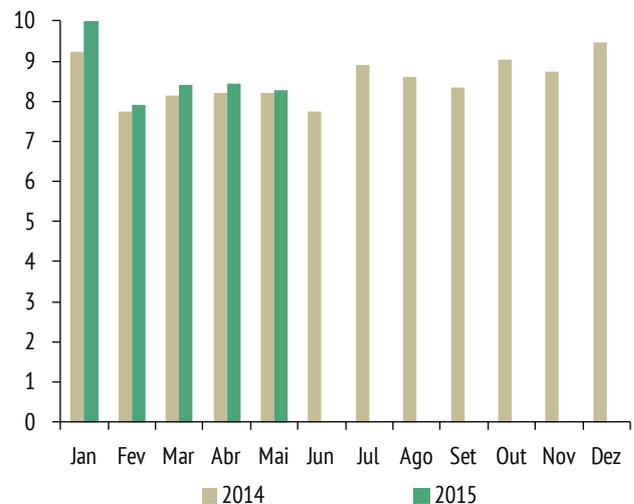
A movimentação de carga aérea total no País em maio de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 47 mil toneladas, montante 6% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 70% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em maio de 2015, foi de 42 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado no mesmo período de 2014. A movimentação de soja e farelo de soja foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (8%), enquanto carga geral (não containerizada) apresentou a maior retração (-33%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em maio de 2015.

No acumulado do ano, o transporte de carga nas ferrovias atingiu 190 milhões de TUs, 4% superior se comparado com maio de 2014.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2015	2014	Variação (%)
Mercadoria	Mai (mil TU)	Mai (mil TU)	Mai-15/ Mai-14
Minério de Ferro	32.004	31.620	1
Soja e Farelo de Soja	3.482	3.209	8
Indústria Siderúrgica	1.288	1.241	4
Carvão/Coque	1.027	1.114	-8
Produção Agrícola (exceto soja)	1.016	960	6
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	783	824	-5
Grãos Minerais	615	600	2
Extração Vegetal e Celulose	511	621	-18
Container	320	310	3
Indústria Cimenteira e Construção Civil	244	346	-30
Adubos e Fertilizantes	244	245	-1
Cimento	222	297	-25
Carga Geral - Não Contein.	9	13	-33
Total	41.765	41.402	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 65 milhões de toneladas, volume 4% inferior ao averiguado em maio de 2014. As exportações totalizaram 52 milhões de toneladas, 81% do total.

De janeiro a maio de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 297 milhões de toneladas, montante 5% superior ao averiguado no ano anterior. O modal marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total no mês de abril.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Mai/2014	Mai/2015	Mai-2015 / Mai-2014	Acumulado do ano
Marítimo	62.466	61.127	-2	5
Fluvial	2.240	1.519	-32	4
Aéreo	105	95	-9	-6
Ferrovário	39	36	-6	-23
Rodoviário	1.054	825	-22	-7
Outros*	976	932	-4	3
Total	66.880	64.535	-4	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2015, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 2,1 bilhões, valor 33% inferior ao aportado em maio de 2014.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Maior/2014 R\$ milhão	Maior/2015 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	88	308	251	15
Energia Elétrica e Gás Natural	638	1.574	147	76
Saneamento	60	25	-58	1
Telecomunicações	793	12	-99	1
Transporte	1.504	148	-90	7
Aéreo	6	71	1.118	-
Aquaviário	50	78	56	-
Terrestre	1.448	0	-100	-
Total Infraestrutura	3.083	2.068	-33	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 2,9 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2015.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 14,2 bilhões o que representa 54% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2015, foram empenhados, até 30 de junho, R\$ 11,4 bilhões, cerca de 14% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R\$ 2,6 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 1,7 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 17,4 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 14,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2015, foram empenhados cerca de R\$ 4,3 bilhões (30% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 657 milhões até 30 de junho. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca R\$ 239 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 3,9 bilhões.

Cerca de 76% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 10,8 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,4 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 305 milhões) e outros (R\$ 734 milhões). A modalidade portuária apresenta restos a pagar pagos no total de R\$ 9 milhões até dia 30 de junho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2015, cerca de R\$ 1,9 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 72,2 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2015.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 32% foram pagos até 30 de junho de 2015 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 20% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 65,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 41% no Ministério das Cidades (R\$ 26,8 bilhões) e 20% no Ministério dos Transportes (R\$ 13,3 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 12,2 bilhões (18% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 4,4 bilhões até 30 de junho de 2015. Foram pagos R\$ 3,8 bilhões do orçamento de 2015 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 16,2 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 44,9 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.537	89	6	13	1	13	1	227	240	605
MAPA	1.511	58	4	1	0	0	0	163	163	1.072
MCTI	975	88	9	59	6	8	1	319	327	685
MDIC	280	3	1	2	1	2	1	16	17	53
MME	143	7	5	1	0	0	0	65	65	37
M. Transportes	14.208	4.282	30	657	5	239	2	3.691	3.930	7.968
M. Comunicações	81	0	0	0	0	0	0	12	12	104
MMA	165	12	7	2	1	2	1	19	21	88
MDA	1.112	15	1	3	0	0	0	118	118	777
M. Defesa	11.277	2.386	21	538	5	510	5	2.025	2.535	3.198
M. Int. Nacional	5.384	555	10	209	4	193	4	1.665	1.858	4.834
M. das Cidades	11.391	493	4	45	0	45	0	1.609	1.654	13.332
Outros**	35.774	3.455	10	1.047	3	705	2	5.795	6.500	30.388
Total	83.837	11.442	14	2.575	3	1.717	2	15.723	17.440	63.140

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2015
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2015*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.357	670	28	277	12	201	9	533	734	655
Hidroviário	305	19	6	0	0	0	0	51	51	353
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	9	9	7
Rodoviário	10.812	3.488	32	365	3	33	0	2.940	2.973	6.583
Outros	734	105	14	15	2	5	1	158	163	370
Total	14.208	4.282	30	657	5	239	2	3.691	3.930	7.968

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2015

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.863	6	1.784	73
União	8.873	197	3.759	4.918

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2015*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.705	904	1.906	7.895
União	72.202	2.015	11.964	58.222

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.611	1.275	35	1.155	32	1.155	32	637	1.793	883
M. Planejamento	2	0	19	0	9	0	9	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	43	43	303
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	14	15	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	7.115	320	4	15	0	15	0	1.156	1.171	7.654
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	2	3	1
M. Minas e Energia	199	18	9	9	4	7	4	97	105	82
M. Saúde	1.371	527	38	354	26	131	10	428	558	2.446
M. Transportes	13.271	4.575	34	705	5	275	2	3.898	4.173	7.907
M. Comunicações	993	397	40	120	12	120	12	0	120	37
M. Cultura	171	32	19	8	5	6	3	58	64	317
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	380	0	0	0	0	0	0	1	1	27
M. Esporte	1.519	264	17	0	0	0	0	289	289	1.176
M. Defesa	6.146	1.577	26	401	7	391	6	876	1.267	1.494
M. Integr. Nacional	3.787	494	13	209	6	193	5	1.493	1.687	3.215
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	52	52	1.601
M. Desenv. Social	347	1	0	1	0	1	0	115	115	442
M. Cidades	26.764	2.674	10	1.456	5	1.456	5	7.044	8.500	17.259
Total	65.755	12.156	18	4.434	7	3.752	6	16.205	19.958	44.928

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.